

A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO EM SÃO PAULO:

O debate acerca da inserção da população negra no pós Abolição

THE FORMATION OF THE SALARIED LABOR MARKET IN SÃO PAULO:

The Debate About the Inclusion of the Black Population in the Post-Abolition Period

Taís Dias de Moraes^{a, ©}

^aMestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, na área social e do trabalho, e graduada em Ciências Econômicas na mesma instituição. Atua como Assistente de Pesquisa na Rede A Ponte, instituição de apoio à carreira de mulheres na política, e como Pesquisadora no projeto “Mapas da (In)Justiça”, do Núcleo de Justiça Racial e Direito (NJRD). Estuda sobre diversidade no mercado de trabalho e desigualdades socioeconômicas, principalmente gênero e trabalho, domicílios chefiados por mulheres, trabalho doméstico e integração da população negra no mercado de trabalho. ©Contato principal: t187260@dac.unicamp.br

Resumo

Com a abolição da escravatura e a criação de um mercado de trabalho supostamente livre, se iniciou o difícil processo de negociação entre libertos e seus ex-senhores. Frente a determinação dos proprietários em manter o domínio sobre seus trabalhadores, crenças de uma suposta inferioridade irremediável da população não branca foram amplamente reforçadas, ao mesmo tempo que foi subsidiado enorme fluxo de imigração europeia para São Paulo, atribuindo a modernização à imagem dos imigrantes e relegando a população negra à marginalização. A interpretação sobre esse processo, porém, não é homogênea, principalmente no que diz respeito a caracterização do “meio negro” e a melhor capacitação dos imigrantes. Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar o debate entre Clóvis Moura, Florestan Fernandes e George Reid Andrews acerca desse tema, com o objetivo de construir uma análise crítica sobre esse período crucial para a formação do mercado de trabalho assalariado de São Paulo.

Palavras-chave

Pós-Abolição | Desigualdades de Raça | História do Mercado de Trabalho Brasileiro

Códigos JEL

J15 | J40 | N36 | N66

Abstract

With the end of slavery and the creation of a supposedly free labor market, the difficult process of negotiation between freed workers and their former masters began. Landowners were determined to maintain control over their workers. Beliefs in the supposed irremediable inferiority of the non-white population were largely reinforced, while at the same time, the state subsidized a huge flow of European immigration to São Paulo in the name of modernization while relegating the black population to marginalization. The interpretation of this process, however, is not homogeneous, especially with regard to the characterization of the “black environment” and the better training of immigrants. In this sense, this paper seeks to present the debate among Clóvis Moura, Florestan Fernandes, and George Reid Andrews on this topic, with the aim of building a critical analysis of this crucial period in the formation of the salaried labor market in São Paulo.

Keywords

Post-Abolition | Race Inequalities | History of the Brazilian Labor Market

JEL Codes

J15 | J40 | N36 | N66

Entre 1887 e 1888 se iniciou o processo de difícil negociação entre libertos e seus ex-senhores, e, apesar dos registros dessas negociações serem esparsos e fragmentados, os salários pareciam ser uma questão praticamente secundária. A questão mais proeminente pareceu ser as condições de trabalho, já que os libertos procuravam colocar o máximo de distância possível entre sua nova condição e sua posição antiga

de escravos, o que significava, muitas vezes, não aceitar emprego nas plantações das quais eram cativos (ANDREWS, 1998).

Dessa forma, a abolição da escravatura foi uma transformação do processo de antagonismo senhor versus escravo e metrópole versus colônia, que passou a obrigar os fazendeiros de sistemas de plantation a barganhar com seus trabalhadores em um mercado de trabalho supostamente livre.

Na perspectiva econômica, com o fim da escravidão, a grande questão que veio à tona, então, seria a forma de organização dos libertos na imposição das condições de salários, condições de trabalho e proteção social para suas famílias. E as elites agrárias, então no poder da época, enxergavam o verdadeiro perigo que foi colocado na abolição nesse sentido, ao colocar poder nas mãos dos libertos frente aos fazendeiros que eram incapazes de aceitar a necessidade de barganhar com seus ex-escravos. Nesse sentido, crenças e ideologias foram forte e amplamente reforçadas se utilizando e disseminando as correntes de racismo científico que decretava uma suposta inferioridade irremediável da população não branca, incluindo os mestiços (ANDREWS, 1998).

Tudo isso culminou, segundo Andrews (1998), nas crenças da vadiagem, da indolência e da irresponsabilidade da população negra e na ideia de que tanto os trabalhadores libertos quanto os livres não iriam trabalhar a não ser sob ameaça de extrema-força. E até brasileiros que se opunham à escravidão foram convencidos dessa ideologia, que a emancipação não significaria, e não poderia significar, o fim da coerção no local de trabalho.

Já na década de 1890 essa barganha estava sendo alterada pelo início do grande fluxo de imigração europeia para o estado. São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, e quase metade tiveram suas passagens subsidiadas pelo governo do Estado no processo intencional de substituição sistemática e marginalização dos trabalhadores afro-brasileiros, no campo e nas cidades. A intervenção do Estado, então, atingiu um nível incomum, com preferências étnicas e raciais claras (ANDREWS, 1998).

Nas zonas de exploração de café em prosperidade havia dois caminhos a serem seguidos após a reorganização do trabalho. Em caso que a produção se encontrava em níveis baixos, ou os ex-escravizados eram reabsorvidos no sistema de produção em condições análogas às anteriores, ou eram incorporados na massa de desocupados e semi-desocupados da economia de subsistência da mesma ou de outra localidade. Em casos que a produção alcançava níveis altos, havia a possibilidade da criação de um mercado de trabalho autêntico, no qual os ex-escravizados deveriam concorrer com os “trabalhadores nacionais” – um exército de reserva à disposição –, mas principalmente com os trabalhadores imigrantes da Europa – em sua maioria, na visão de Florestan Fernandes, já familiarizados com o regime de trabalho e suas implicações sociais e econômicas (FERNANDES, 1965).

“Atitudes racistas ocorriam em todo o Brasil, mas não impediram o emprego de afro-brasileiros em outras regiões quase no mesmo grau em que isso aconteceu em São Paulo” (p. 135). Antes que o racismo fosse de fato um determinante sobre os padrões de emprego em São Paulo, as condições do mercado de trabalho tinham de mudar de forma drástica. A verdade é que a maior parte dos proprietários estavam determinados a manter o domínio inquestionado sobre seus trabalhadores e foi por isso que o programa de imigração foi um objetivo tão claro para a província, para resistir às exigências dos trabalhadores no pós-abolição, inundando o mercado de trabalho com imigrantes que sem subsídios jamais teriam vindo para o Brasil e que foram, nas condições em que vieram, vulneráveis às exigências do patrão já que eram europeus pobres, desprovidos de poder aquisitivo ou economias para pagarem sua própria passagem para os EUA ou Argentina (ANDREWS, 1998).

O objetivo, na verdade, era claro: inundar o mercado de trabalho de forma a manter o baixo custo da mão-de-obra. Ficou claro que sem violência, a única forma de garantir baixos salários seria por uma massa de trabalhadores desempregados, assim como era necessário que os trabalhadores europeus chegados aqui fossem pobres e dependessem de trabalhos, mesmo a baixos custos, para sustentar suas famílias (ANDREWS, 1998).

Além disso, segundo Andrews (1998) foi consciente e intencional a vinda de unidades familiares, buscando minimizar ao máximo a proporção de homens sozinhos, que, responsáveis pela manutenção dos seus lares

ofereceram pouca resistência às exigências do patrão e ainda contavam com trabalho infantil e feminino a custos ainda menores - mesmo que os patrões justificaram esse emprego porque os salários de homens adultos era muito elevado, mas na verdade, os salários dos adultos eram tão baixos que a família toda tinha que trabalhar pra poder sobreviver. O salário de um homem adulto comprava menos da metade da quantidade mínima de comida necessária para alimentar uma família de quatro pessoas. E, na verdade, a disposição dos imigrantes de enviar seus filhos e esposas para o trabalho garantiu uma vantagem consistente frente aos afro-brasileiros, que não estavam dispostos ao mesmo pelos traumas recentes da escravidão.

Com o crescimento da cidade de São Paulo, as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam de impulso para as mudanças bruscas de fortuna deles, o que chamava a atenção de ainda mais famílias estrangeiras. A região, então, despontava como o primeiro centro urbano genuinamente burguês e com mentalidade verdadeiramente mercantil. Enquanto isso, segundo Florestan Fernandes (1965), a população do “meio-negro” continuava nos modelos de ação pré e anticapitalistas, com carência de meios para se arriscar na característica ânsia de poder e sem coragem de enfrentar ocupações degradantes que lhes eram reservadas.

O estilo de vida individualista e competitivo evoluiu com enorme rapidez nesse centro urbano, o que foi, segundo Fernandes (1965), inexoravelmente adverso à assimilação da população negra ao novo regime de relações de produção. O próprio incremento da população branca foi muito maior ao longo das décadas após a abolição, e até mesmo a distribuição de negros e imigrantes no espaço traduzia as marcantes desvantagens na competição dos primeiros em relação aos estrangeiros, que competia no mercado de trabalho e de capitais até mesmo com os brancos das “famílias tradicionais” brasileiras. Restava à população negra disputar eternamente entre si as oportunidades residuais com os componentes da margem do sistema (FLORESTAN, 1965).

Mais ainda, Moura (2021) defende que o incremento do contingente branco da população, a partir de 1880, não se explica somente pelo crescimento da migração europeia, mas também pelas melhores condições de vida. O segmento negro tinha uma maciça mortalidade, dadas as condições sob as quais foi sobrepujado. Ou seja, o branqueamento não ocorre através de casamentos interétnicos, como se faz entender pelo mito da democracia racial, mas pelo fato de que negros pauperizados ficavam praticamente confinados à faixa da marginalidade, do subemprego e da miséria.

Em relação aos níveis de instrução dos dois grupos populacionais, segundo fontes de Moura (2021), os imigrantes apresentavam índices extremamente mais elevados de instrução e formação profissional, além de já possuírem experiência urbana e já serem mais adaptados ao modo de vida de uma economia monetário. Nesse sentido, anteriormente à Primeira Guerra Mundial, os assalariados brasileiros se ocupavam de tarefas menos qualificadas.

Porém, para Andrews (1998), essa crença de que os europeus tinham um “cérebro convenientemente educado e preparado para arcar com as dificuldades da nova ordem” (p. 100) era fruto de uma imagem que se disseminava por meio de jornais e revistas. Divulgava-se também que a competição criada no mercado de trabalho após a grande massa de imigrantes terem sido trazidas para cá não havia sido pensada ou planejada, e que havia lugar para todos.

Nesse sentido, para Andrews (1998), o motivo da desvantagem do negro na competição por empregos não era sua menor capacitação, mas sim o fato que o trabalhador branco e europeu foi assegurado uma posição privilegiada em relação ao negro e se esperava que fosse tirado plena vantagem disso.

Teoricamente os ambientes sociais criados pela urbanização crescente eram mais fluidos, menos rigidamente estruturados e livres, no sentido que a população negra e branca poderia competir abertamente pelos cargos de trabalho, sem distinção. Porém, os benefícios como empregos, salários, educação e habitação não eram tão abundantes para todos, fazendo com que a competição se tornasse intensa. Nesse sentido, foi o suprimento de trabalhadores europeus que estimulou a expansão da economia cafeeira, em cima de baixos salários frente a massa de trabalhadores sem emprego, e conseqüente crescimento industrial. E, por isso, não havia em nenhum outro lugar do país um setor industrial que oferecesse melhores condições de trabalho do ponto de vista do empregador, como em São Paulo (ANDREWS, 1998).

Além disso, segundo Andrews (1998), os representantes desse grupo racial tradicionalmente dominante possuíam acesso preferencial ao Estado para influenciar a formulação de políticas trabalhistas, além de mecanismos institucionais designados a coagir os membros do grupo racialmente subordinado a entrar no mercado de trabalho assalariado. Esse arranjo beneficiava principalmente as indústrias que requerem um investimento pesado em mão de obra, como mineração, ferro e aço. Já as indústrias que se desenvolveram posteriormente e as empresas varejistas e de serviço muitas vezes encaravam esses controles raciais como dificuldade de tirar os trabalhadores da agricultura e indústrias mais estabelecidas, tendendo a preferir um mercado de trabalho mais fluido e mais livre, dada sua fraqueza política. Os próprios sindicatos muitas vezes atuavam dentro dessa estrutura de segregação, organizando os trabalhadores brancos e negros em locais separados ou até excluindo os últimos para pressionar por privilégios informais ou impostos pelo estado para trabalhadores brancos.

De fato, como defendeu Fernandes (1965) se associava a urbanização à europeização, o que impactou grandemente a formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais e interferiu de forma duradoura nas dificuldades de adaptação e ajustamento do negro ao novo estilo de vida econômica. Porém, para Andrews essa vantagem do imigrante proveio de uma clara política do governo para substituir a mão de obra negra, seja subsidiando a vinda desses imigrantes ou disseminando uma imagem negativa do trabalhador negro em relação ao estrangeiro.

E, para manter esse cinturão de miséria que surge o preconceito de cor e o mito do mau cidadão, segundo Clóvis Moura (2021). Inclusive para aqueles que conseguem competir no mercado de trabalho técnico e qualificado, esses são barrados através de um processo de achatamento social, em todos os níveis de interação, que não o permite que, mesmo com uma mobilidade vertical, chegue aos estratos mais altos. Então, para esse autor, apesar de concordar em partes com Florestan sobre o despreparo do negro em relação ao imigrante, concorda que em grande parte a preferência dos empregadores pelo último se dava muito pela ideologia da classe dominante que classificava parte considerável da população negra como “maus cidadãos” por não se encaixarem nos padrões de comportamento esperados pela elite branca.

Após a abolição os ex-escravizados se viram, então sem condições de se engajar no processo de trabalho livre na proporção que deveriam para não ficar marginalizados. A população negra, segundo Clóvis Moura (2021), não estaria preparada para enfrentar o novo tipo de trabalho que estava se consolidando, por terem sido preparados para o tipo de trabalho no qual, basicamente, era a força física que importava, com uma ligação direta entre homem e natureza. Após a abolição os ex-escravizados se viram, então sem condições de se engajar no processo de trabalho livre na proporção que deveriam para não ficar marginalizados.

Para o autor, escravidão, por si só, como um sistema de produção criou limitações estruturais que impedia a criação de um interesse relevante pela mercadoria produzida, já que ele mesmo era uma mercadoria que circulava nesse sistema. Isso criava uma alienação que impedia o indivíduo de se ver e cultivar valores de contestação globais e racionais ao sistema. Como dito, as atitudes de rebeldia eram individuais ou grupais, sem objetivos definidos mais radicais. Por isso, não teria condições de criar um sistema ideológico capaz de desanimá-lo. Além disso, o trabalho escravo era rotineiro, no sentido em que não procuravam aperfeiçoá-lo tecnicamente, tornando a reposição do escravo fácil.

Segundo Moura, quando as máquinas adentraram o processo de manufatura criou-se uma mediação no processo produtivo, alterando a divisão social do trabalho. Nesse contexto, operários de outros países mais qualificados estariam mais familiarizados com as técnicas de produção. Assim, o ex-escravo teria ficado comprimido por esse processo contraditório de desenvolvimento. Não haveria verdadeiramente uma segregação explícita, mas cria-se uma imagem, de racionalização negativa, de mau cidadão do negro pelas classes dominantes para que esses continuem a servir de exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada, mantendo os salários baixos (MOURA, 2021).

Em concordância com Clóvis Moura, para Florestan Fernandes (1965), a escravidão teria criado deformações enraizadas nos libertos e em seus descendentes, que limitavam a capacidade de ajustamento à vida urbana dessas pessoas, as dando pouquíssimas oportunidades de tirar proveito real e duradouro. Além disso, não havia impulsos coletivos que conduzissem a população branca a entender a necessidade, a urgência e a

legitimidade de reparações sociais.

Para Moura, porém, a população negra tinha impulsos de agrupamento, mas não capazes de criar uma ideologia abrangente. O negro, segundo Clovis Moura (2021), muitas vezes procurava sobreviver socialmente ao se organizar em grupos específicos, ou individualmente por meio de um comportamento ambíguo com o qual abre algumas áreas de tolerância ao se conservar “comportado”. É uma pequena faixa de espaço social que o negro precisa se ajustar para se acomodar, o que atinge profundamente sua personalidade, deformando suas reações frente a sociedade que não permite se autoafirmar e realizar-se como cidadão.

Esses grupos desempenham papel organizacional, social e cultural muito grande, de caráter associativo de modo a se defenderem social e biologicamente contra as brutalidades da escravidão. Os próprios quilombos eram grupos específicos de negros fugidos que se tornou uma constante no Brasil escravista. Mas outros grupos simplesmente se reuniam com objetivos religiosos e de lazer, de forma a distender contra a rigidez do regime de trabalho. Ou seja, se organizou de diversas formas no intuito de se autopreservar da situação de escravo ou de elemento marginal após a abolição (MOURA, 2021).

Independente de estudos acadêmicos que se cristalizaram como ideologia dominante ao redor dessa questão, a população negra continuou a procurar pela sobrevivência e isso seria impossível sem a constatação da existência do potencial dinâmico do negro e seu poder de organização e agrupamento (MOURA, 2021).

Porém, a sociedade global faz uma pressão permanente sobre esses a fim de injetar e influir a sua ideologia a fim de que percam sua especificidade e passem a ser apenas diferenciados aos olhos dos “brancos”. É a tentativa de branqueamento do grupo, que transforma o grupo em mera peça auxiliar da sociedade “branca”. Nesse sentido, muitas vezes grupos específicos inferiorizados tendem mais cedo ou mais tarde a serem envolvidos pela sociedade abrangente que os coloca a serviço dos seus interesses. (MOURA, 2021).

Florestan também menciona a religião e expressões culturais da cultura negra como forma de agrupamento dessa população. Porém, como o autor afirma, elas não eram vistas com bons olhos. Ações policiais impediam as manifestações da herança cultural do meio negro em prol do “decoro da população branca”, o que levou a perdas culturais e impediu que tal herança pudesse servir como fonte de reorganização integrada e autônoma dos padrões de resistência do negro. Dessa forma, como defendido por Florestan, esses movimentos facilitaram a manutenção de um horizonte cultural tradicionalista, pré-letrado e anti-urbano da população negra, fator fatal de bloqueio da integração da população negra no meio urbano.

Inclusive, em 1937, o Estado Novo representou uma campanha sistemática de perseguição contra essas associações negras como parte da política de Estado. Apenas após a redemocratização após a Segunda Guerra Mundial que esses grupos se revitalizaram (MOURA, 2021).

Além disso, a população negra ficava, segundo Moura (2021), relegados a favelas, cortiços, mocambos e alagadiços, sem condições de estruturar a vida de acordo com os padrões humanos compatíveis com um mínimo de conforto, dado o plano do desemprego ou do subemprego.

“(…) se o cientista social penetra nas áreas onde se encontra a maioria da população negra e mestiça do Brasil, especialmente na capital paulista (...) verificará sem muito esforço, depois de um período de contato com os seus habitantes, que a extensão do conceito de cidadão a eles é muito relativa.” (MOURA, 2021, p.23).

Nesse sentido, segundo Moura (2021), criam seus próprios mecanismos de defesa específicos, como suas próprias leis e códigos de lealdade entre si e de hostilidade à grupos e instituições que representam as forças da repressão. Isso porque muitas dessas pessoas sentem-se lesadas, descarregando seu sentimento de frustração na criminalidade e na violência física. Outros se direcionam para movimentos negros, organizando protestos, grupos específicos ou a formação de uma intelectualidade negra. E claramente a sociedade branca reage frente a esses mecanismos de defesa da população negra. O julgamento formal é constante e a literatura produzida que expressa o protesto negro é marginalizada ou até mesmo ridicularizado

Com essa realidade se conclui, dentro dos valores brancos dominantes, que o negro é um mau cidadão. Cria-se uma imagem deformada do negro na medida em que ele dinamiza a ideologia contestadora. Os

mecanismos de direcionamento econômico controlados pelas classes dominantes atuavam, então, no sentido de praticamente eliminar a população negra como trabalhador livre ou pelo menos dificultar a possibilidade de emersão igual no novo mercado de trabalho que se criava. Não havia uma política de absorção do ex-escravos na nova economia, mas sim uma em favor dos imigrantes estrangeiros. Moura, então, se aproxima de Andrews no sentido em que destaca o comportamento das instituições e órgãos repressores como crucial para compreender a real situação da população negra no Brasil.

Nesse contexto, a chegada do imigrante deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para sua periferia, criando premissas econômicas para sua marginalização. O imigrante chegava como excedente populacional da Europa, a fim de aliviar tensões sociais no Velho Continente e criar uma grande massa marginalizada no novo. O europeu ocupava a grande maioria das ocupações, relegando o negro ao subemprego em consequência da defasagem entre a sua capacidade e as necessidades do novo tipo de trabalho e da ideologia de barragem que surgiu.

A política dirigida aos imigrantes fazia parte de um movimento de proteção dos mesmos, composto por planos integrativos, enquanto os ex-escravos eram sistematicamente repelidos pelos setores mais dinâmicos. Se fez para justamente criar um exército industrial de reserva. A população negra, nesse sentido, servia de massa de pressão no processo de marginalização sobre os imigrantes trabalhadores. Ou seja, a criação de uma ameaça latente contra eles, a fim de que não levantassem reivindicações mais avançadas. Em contrapartida, restou à maioria da população negra o subemprego, desemprego e a marginalização progressiva. E, mais especificamente, para a mulher negra, restou os trabalhos não qualificados de empregada doméstica, que substituiu os da mucama e da mãe preta, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada (MOURA, 2021).

Inclusive, a questão do trabalho doméstico assalariado é um ponto de concordância entre os três autores. Segundo Florestan, as mulheres negras encontraram uma maior facilidade de ajustamento ao trabalho livre por meio dos serviços domésticos – o que gerava contato permanente com os brancos e facilitava relações paternalistas –, tanto pela herança das relações de escravizadas dentro da casa grande, quanto pelo estrangeiro não ter assumido de imediato esse tipo de serviço urbano. Esse fato, inclusive, possibilitou muitas vezes que a mulher se tornasse o “meio de subsistência” do homem, mas muitas vezes sem contar com as defesas suplementares da família estável e integrada (FLORESTAN, 1965).

Porém, Florestan enxerga essas oportunidades de trabalho doméstico assalariado para as mulheres negras com mais otimismo do que os outros autores. Para ele, apesar da clara distinção de raça e classe entre empregadores e empregados, as relações paternalistas poderiam ser muito positivas para algumas famílias negras, que poderiam inclusive conseguir, através do apoio de seus “padrinhos” empregadores, estudos.

Porém, como apontado por Andrews, o serviço doméstico, um dos mais expressivos empregadores da mão de obra negra nas cidades, ainda conservava muitas das características do regime da escravidão sobreviveram, mais ou menos intactas, até o século XX. Eram jornadas de trabalho exaustivas, por vezes cerca de mais de 12 horas, controle quase que total da vida das empregadas, trabalho de finais de semana em cargas ainda maiores, e tratamento claramente opressivo, como se ainda fossem propriedades dos seus patrões.

Andrews (1998) concorda que a capacidade das mulheres negras para conseguir emprego era na verdade um salva-vidas para suas famílias e comunidade, eram elas que realmente sustentam as famílias negras, em uma época em que as oportunidades alternativas de emprego eram praticamente inexistentes. Porém, a situação de degradação desses trabalhos era conhecida. Jornais negros se uniam em campanhas para que os seus leitores fizessem o que tivessem ao seu alcance para evitar que suas filhas entrassem na tirania do serviço doméstico, que além de exigências excessivas de trabalho, ainda ficavam expostas a avanços sexuais de seus empregadores e terem que renunciar uma vida familiar, tudo isso por salários miseráveis.

Andrews e Fernandes, então, concordam com o fato de que as mulheres acabavam por sustentar as famílias negras por esse acesso “facilitado” do emprego doméstico - apesar de Andrews enfatizar mais a degradação desse tipo de trabalho e como não era uma opção para aquelas mulheres que poderiam achar outros tipos de ocupação - frente a dificuldade de os homens negros acharem um sustento estável. Porém, Andrews, diferentemente de Fernandes e Moura, não enxerga essa dificuldade dos homens negros

conseguirem trabalhos estáveis como uma falta de preparo ou instrução por parte deles frente a homens imigrantes.

Realmente no quesito da alfabetização os imigrantes tinham vantagens. O censo de 1890 mostrou que 12,5 por cento da população nativa do Estado e 41,7 por cento da população estrangeira era alfabetizada. E, em 1940, o índice de alfabetização em favor dos brancos ainda era muito maior, o dobro aproximadamente. As raízes dessa questão retornavam sim na experiência recente da escravidão, porém a constituição de 1891 isentou o governo federal da obrigação de proporcionar a educação pública e, ao mesmo tempo, privou os analfabetos de direitos, como o direito ao voto. Foi apenas no início do século XX que o Estado de São Paulo começou a elaborar os rudimentos de um sistema de ensino elementar com as escolas secundárias por volta de 1920 (ANDREWS, 1998).

Porém, as fábricas e fazendas de São Paulo, na verdade, não exigiam habilidade de trabalho que dependiam da instrução, na virada do século. E não é de forma alguma clara que os imigrantes possuíam vantagens nessas habilidades exigidas. As próprias fontes de Fernandes, por exemplo, alegaram que nas áreas de carpintaria e marcenaria, por exemplo, o serviço dos negros era bastante similar a dos brancos. Além disso, como expõe Andrews (1968), diversos historiadores mostram que, diferentemente do que Fernandes acreditava, a maioria dos trabalhadores de São Paulo não tinham nenhuma experiência industrial ou urbana anterior, já que vinham, em sua maioria, de áreas rurais do sul da Europa. E as pessoas com essa experiência de atuar em ambiente urbano e industrial tendiam a se mudar para o norte da Europa, para países como Alemanha e Bélgica, que ofertavam salários mais altos e custos de transporte mais baixos. Grande parte dos trabalhadores, então, das indústrias de São Paulo, aprendia suas habilidades no próprio emprego, sendo todos igualmente capazes de dominar as operações básicas do trabalho fabril (ANDREWS, 1998).

Em 1893, segundo Fernandes, os imigrantes já representavam 79% dos trabalhadores das atividades manufatureiras, 85,5% das atividades artesanais, 81% do transporte e 71,6% do comércio. E, segundo Clóvis Moura (2021), apesar de sua participação nos extratos mais altos da estrutura ocupacional ser ainda pequena, estavam incluídos nessa esfera, ao contrário do que ocorria com a população negra – que, por sua vez representava um exército de reserva desocupado, não absorvido em sua maioria pelas atividades econômicas, o que seria a causa da anomia que essas massas marginalizadas se encontravam e, em consequência, o índice de criminalidade, suicídios e desorganização familiar era bastante frequente nesse meio, além da baixa prostituição, do alcoolismo e da mendicância.

Nesse sentido, ao analisar o resultado do movimento operário e os resultados da competição por empregos entre imigrante e brasileiros, principalmente negros e caboclos, fica claro que os esforços de branqueamento e europeização estavam dando os frutos esperados até então. No campo, os imigrantes conseguiram empregos e se concentraram nas regiões mais prósperas do Estado, garantindo os postos mais desejáveis. Enquanto os negros e caboclos, precisavam se deslocar para as partes mais pobres com empregos menos rentáveis, os quais eram incapazes de oferecer rendimentos e condições de trabalho minimamente atrativos para os europeus (ANDREWS, 1998).

Nas cidades, ocorreu a mesma preferência. O censo de 1893 da Cidade de São Paulo mostrou que 72% dos empregados do comércio, 79% das fábricas, 81% do setor de transportes e 86% dos artesãos eram estrangeiros. Resultando, em 1902, 90% de imigrantes na força de trabalho industrial na capital, e, em 1913, 80% no setor de construções eram italianos. E, apesar de, em 1920, os trabalhadores brasileiros conseguirem relativa paridade no emprego industrial (a maior área de economia urbana), permaneciam super-representados nas áreas mal remuneradas do serviço doméstico e das forças armadas, estando os europeus em posição preferencial no comércio e nos transportes (ANDREWS, 1998).

Por exemplo, na São Paulo Light – uma das duas empresas estudada por Andrews (1998) –, os afro-brasileiros tinham maior probabilidade de conseguir empregos temporários na construção e no trabalho por dia. Já os serviços de condutores e motoristas eram dominados pelos europeus. Mesmo, nos anos subsequentes a 1920, em que alguns homens negros conseguiram romper as barreiras raciais nessas ocupações, maior parte ficava restrita ao trabalho não especializada.

Essa preferência persistente afetava diretamente os afro-brasileiros. Segundo Fernandes (1965), sua

posição era, em 1920, ainda pior na economia urbana do que havia sido trinta anos antes - eram quase que totalmente barrados do trabalho nas fábricas e praticamente desapareceram por completo na cidade os artesãos negros. Em consequência, pobres negros encontravam suas oportunidades no serviço doméstico e no setor informal, principalmente.

Porém, segundo Clóvis Moura (2021), mesmo diante desse cenário, as classes dominantes procuraram manter o suposto aspecto de igualdade na competição por ocupações, ao defender que todos eram “livres” para vender sua força de trabalho. Manter a aparência da democracia racial foi essencial para vender a ideia de que seria o próprio negro que não teria condições por si mesmo de chegar aos estratos superiores.

Há menção ocasional a trabalhadores fabris na imprensa negra, assim como de trabalho regular como na construção de trilhos para as ferrovias ou para a São Paulo Tramway Light and Power Company - na época construindo os sistemas de bonde e eletricidade na cidade. Porém essa era a realidade de apenas alguns homens negros, já que tais oportunidades eram claramente limitadas a essa população. A questão é que os empregos nas oficinas, lojas e fábricas da cidade não eram para a população afro-brasileira, não como resultado de uma legislação de discriminação de raça ou de decretos que vinham como autoridade maior, mas sim das decisões tomadas pelos patrões em relação a quem iriam contratar, que em grande maioria se negava a contratar a população negra (ANDREWS, 1998).

Para Fernandes (1965), porém, essa preferência nas contratações e imigrante sobre afro-brasileiros seria pela origem de cada um dos grupos, vindos de sociedades de níveis totalmente diferentes de desenvolvimento econômico e social os europeus já estariam experimentando, antes da chegada ao Brasil, crescimento e desenvolvimento capitalista, com mercados de trabalho atuantes e habilidades e disciplinas rigorosas. Diferentemente dos brasileiros, que viriam de uma sociedade baseada na escravidão, coerção e domínio senhorial, de caráter pré-capitalista, o que concederia a população afro-brasileira uma desvantagem específica. Em primeiro lugar, a escravidão teria deixado uma herança forte de racismo.

Porém, mesmo que oportunidades tivessem sido apresentadas a essa população, a maior parte delas teria sido, no seu ver, incapaz de tirar proveito delas, já que a escravidão teria desprovido suas vítimas de desenvolvimento intelectual, moral, social e econômico. Para o autor, os escravos aprenderam habilidades não compatíveis com os mercados, ensinando-lhes a evitar o trabalho sempre que possível. (FERNANDES, 1965).

Nesse sentido, segundo Florestan Fernandes (1965), não havia ocorrido competição propriamente, por terem sido automaticamente postos de lado, abrindo espaço para os imigrantes, muito mais especializados e mais imbuídos de uma ética de trabalho capitalista, além de contar apoio melhor das suas estruturas de solidariedade familiar e comunitária. Nessa visão a marginalização da população negra teria sido um “produto natural” da incapacidade relativa de agir socialmente como homem livre, não conseguindo assumir novos papéis “modernos”.

“vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”. (FLORESTAN, 1965, p. 44).

Porém, como constatou Andrews (1998), não se encontrou algum apoio nas evidências disponíveis à tese de Fernandes, na verdade, as populações negras e migrantes se pareciam em muitas formas. Primeiramente, em 1872, a maior parte da população negra e mestiça não era escrava, mas livre e muitos conseguiram se estabelecer como artesãos e comerciantes, foi apenas com a chegada dos imigrantes que esses começaram a desaparecer do cenário urbano.

Além disso, em relação à disciplina do trabalhador, um dos principais obstáculos apontados por Fernandes para a integração da população negra no mercado de trabalho, os registros apontam que os brancos tinham problemas similares, tendo desempenho no mesmo nível em muitos aspectos ou apenas marginalmente melhor. Na São Paulo Light os brancos eram suspensos mais frequentemente por negligência do trabalho

e por violações no horário. Já os negros, por insubordinação e 'desrespeito pelas autoridades". Na Jafet ambos eram frequentemente suspensos por insubordinação e desrespeito, mas os negros eram suspensos em números maiores por infrações de horário, por 4,5 vezes mais. Em ambas as firmas os negros tinham maior probabilidade que os brancos de serem demitidos contra sua vontade, com uma disparidade maior na Jafet. E os supervisores da São Paulo Light aparentemente escolhiam demitir os trabalhadores negros, e dentro deste grupo, os pardos, antes de demitir os brancos (ANDREWS, 1998).

O ponto de convergência entre os três autores nesse sentido é a preterição do trabalhador negro frente ao branco na competição por uma mesma ocupação, mesmo com níveis de instrução iguais. Segundo Clóvis (2021), quando se capacita há uma outra forma de luta individual frente às novas barreiras de peneiramento que se colocam baseadas em estereótipos e "racionalizações irracionais", o que significa que, mesmo com a mesma capacidade técnica, na competição pelo mesmo emprego com um branco o negro tende a ser preterido.

Ou seja, como defendeu Clóvis (2021), mesmo quando o negro conseguia se capacitar, as camadas dominantes, pela sua ideologia abrangente conseguia o barrar. A chegada dos elementos negros em busca de mobilidade vertical em um ambiente majoritariamente branco, cria expectativas de comportamento específico no segmento ameaçado. E, assim, por meio de um processo quase sempre inconsciente, procuram manipular os mecanismos de defesa que os resguardem e protejam da ameaça latente que esses novos elementos representam. Daí que se aproveitam as diferenças étnicas, como sendo marcas inferiorizadas.

Em conclusão, quando se cria essa insegurança em relação ao emprego - inerente no desenvolvimento capitalista - se fornece as bases para o surgimento de um pensamento irracional. Vários estereótipos vão se desenvolvendo ao longo da interação de diferentes grupos sociais até se constituir um conjunto mais ou menos uniforme (MOURA, 2021).

Para Florestan (1965), essa maior dificuldade do negro se inserir no mercado de trabalho, em meio a uma transformação social convulsiva de competição intensa, impossibilitou a reeducação do negro pela experiência e pelo ajustamento gradual em São Paulo. Além de não encontrarem nos brancos disposições de tolerância, recebiam, ao contrário, tratamento inferior desses, que os enxergavam não como cidadãos, mas como ex-escravos e tentavam os tratar como tal. Sem formas de ganhar seu sustento em ocupações e níveis de renda caracteristicamente urbanos, o negro não podia absorver o "estilo urbano de vida". As oportunidades de emprego raramente se mostravam disponíveis, apenas quando eram considerados "serviços de negros", que os estrangeiros se recusavam a tomar: mal pagos e de pouca ou nenhuma qualificação.

Porém, Clóvis Moura se opõe à Florestan Fernandes quanto à predisposição da população negra à vadiagem sistemática como consequência da desmoralização consequente da desocupação permanente. Para Fernandes (1965), toda essa situação causava grandes transtornos na vida familiar da população negra, muitas vezes as mães eram solteiras e não conseguiam dar educação ou atenção aos filhos, já que para seu sustento precisavam adquirir mais de uma ocupação, e até mesmo mendicância ou prostituição ocasional quando não encontravam serviço. Os próprios filhos auxiliavam com o orçamento doméstico como podiam, se mantendo longe das escolas e de oportunidades reais de conseguirem uma vida melhor do que seus progenitores. Ainda, a desorganização do meio social imediato auxiliava em grande medida o vício e a vida do crime, que muitas vezes servia como modo de autoafirmação.

Contudo, como mostrou Andrews (1998), o meio social anômico, a estrutura familiar fragmentada, o alcoolismo, crime, obsessão com o sexo, como "patologias sociais", além do baixo nível de capacitação e aversão ao trabalho na verdade eram muito ligados à ideologia da vadiagem, tão disseminada desde os anos anteriores à abolição. A pesquisa mais recente de Andrews, em comparação a de Fernandes, na verdade, mostra pouco fundamentos para essa imagem sombria do meio social negro.

Primeiro, os historiadores têm cada vez mais mostrado que havia uma estrutura familiar nuclear bem mais difundida entre a população escrava, com números extraordinários de casamentos entre ex-escravos nas zonas cafeeiras após a emancipação. Boris Fausto ainda contribui, expondo a valorização dos padrões vigentes na sociedade em geral de virgindade e casamento na população negra. Os censos de 1890 e 1950 mostra que os negros tinham uma probabilidade só um pouco menor que os brancos de se casar. (ANDREWS, 1995).

E, na verdade, testemunhas mostram que a população negra tendia a superar obstáculos como esse ao construir laços ampliados e de solidariedade entre, amigos, parentes e padrinhos. Apesar de Fernandes ter observado a existência dessas redes, concluiu que tinha um efeito mais negativo do que positivo. Realmente houve uma disparidade nos resultados dessa estratégia de solidariedade entre os grupos raciais diferentes, mas essa diferenciação se dá pela diferença de ganhos e não pelo caráter social e moral dos mesmos, segundo Andrews (1998).

A tese de criminalidade maior entre a população negra também é refutada. Entre 1880 e 1924, negros foram presos pela polícia em uma proporção maior que o dobro em relação a sua representação na população como um todo (28,5 % das prisões, contra 12 % da população total. Porém, o número de negros que realmente eram julgados era muito menor, 12,9 %. Na verdade, os dados mostram não uma tendência maior à criminalidade, mas uma tendência da polícia para prender negros mesmo na ausência de evidência suficiente para abrir um processo, assim como pela natureza inócua de seus crimes. Se observava, na verdade, uma presença rara de negros em casos de crimes violentos e quando apareciam, na verdade, eram, em geral, mais vítimas que agressores. Os relatos de jornal sobre crimes violentos se concentravam mais nos imigrantes (ANDREWS, 1998).

Então, a anomia descrita por Fernandes, não parecia ter sido propriedade exclusiva da população negra, segundo Andrews (1998). Jornais de trabalhadores ou de bairros destinados aos imigrantes, na verdade, lamentavam a decadência moral que estavam afetando supostamente o negro, afetando também os imigrantes - com uma clara perspectiva moralizadora e de classe média. O sistema fabril que neutralizava suas vítimas, obrigavam as crianças a trabalharem precocemente, impedindo-as de conseguir uma educação decente. Os excessos das comemorações populares, e o álcool, assim como os salões de dança particularmente famosos, eram tão frequentes para os brancos quanto para os negros. Os nascimentos ilegítimos e a ausência de homens provedores eram preocupações de ambos os grupos também. A prostituição, por sua vez, também recebia a atenção da imprensa dos trabalhadores, que enxergava a mesma como efeito de questões econômicas, e não de uma anomia social ou de sexualidade exagerada (ANDREWS, 1998).

Nesse sentido, para Clóvis Moura (2021), a imagem de “ruindade” do negro surgiria justamente porque ele rompe os padrões de comportamento tradicionais e rotineiros da sociedade competitiva.

O fato é que – independentemente da interpretação de cada autor a respeito desse processo – se associou raça e classe, no sentido de que a pobreza tem cor no Brasil e muito se dá pelo processo de barragem sofrido pela população negra nos pós-abolição. A cor da pele da pessoa acabava por envolver duas coisas no olhar da sociedade brasileira: uma certa ascendência racial e uma certa posição social. (FLORESTAN, 1965).

Até a instituição legal do salário-mínimo, a deterioração dos níveis de remuneração do trabalhador negro se manteve irremediavelmente, tornando praticamente impossível a melhoria da condição de vida sem que fosse por meio do paternalismo de famílias tradicionais brasileiras, segundo Florestan Fernandes (1965). Porém, menções sobre essas relações supostamente “paternalistas” não se encontram nos trabalhos dos outros dois autores.

O peneiramento em diversas esferas da sociedade, visto por Clóvis Moura como tão restritivo e seletivo convencional, tornava praticamente impossível para a população negra, segundo Fernandes (1965) conquistar, e manter, um meio de ganho notável, tanto como era muito difícil o fazer render os mesmos retornos materiais, políticos e morais que os mesmos meios proporcionavam à população branca. Além disso, a elite da população negra precisava apelar a um “isolamento degradante” e uma “autodisciplina humilhante” (FLORESTAN, 1978), a fim de aproveitar as poucas áreas de tolerância ao se conservar “comportado”, como apontado por Moura (2021).

Segundo Andrews (1998), essa diferenciação racial e o preconceito dentro da própria classe trabalhadora foi, inclusive, o mais importante obstáculo para o sucesso do movimento operário de São Paulo. Os patrões usavam as divisões raciais dentro da força de trabalho principalmente durante greves, como a das docas ocorridas em 1891 em Santos. Os mesmos jornais que exaltaram a chegada dos imigrantes alguns anos antes agora voltavam contra eles por apontarem-os como os “importadores das doutrinas estrangeiras e antibrasileiras de anarquismo e do socialismo”, os denunciando como “ingratos desleais” (p. 105).

Por volta da década de 1910, 106 líderes operários identificados, menos de um terço eram brasileiros. - ou seja, os trabalhadores europeus realmente foram os principais agentes do movimento operário observado então em São Paulo. E, ao contrário do que estava ocorrendo em outros lugares, esses movimentos parecem nunca ter considerado a possibilidade da exclusão e segregação racial. Na verdade, tinham plena consciência das oportunidades táticas que uma classe trabalhadora étnica e racialmente dividida oferecia aos patrões e ao Estado e, assim, invocavam o objetivo de eliminar essas divisões e se unificarem o movimento operário. Como forma de tentar superar esses apelos xenofóbicos, a imprensa operária começava a instigar os organizadores a realizar reuniões e pronunciamentos públicos em português e não mais só em italiano a fim de falar diretamente aos trabalhadores brasileiros (ANDREWS, 1998).

Além disso, durante o auge da campanha contra estrangeiros, as denúncias do governo faziam parecer que os brasileiros não estavam envolvidos no movimento operário, a fim de inflamar o sentimento anti-imigrante e fomentar divisões dentro da classe operária. Mas, na verdade, segundo Andrews (1998) os brasileiros estavam tão ativamente envolvidos na luta quanto os europeus, até mesmo na liderança. Nesse sentido, a imprensa negra, por sua vez, regularmente publicava encorajando seus leitores a participar do movimento operário. Porém, realmente, os trabalhadores negros eram muito menos visíveis em São Paulo nesses movimentos do que no Rio de Janeiro, ou na Bahia, por exemplo. O estado não obteve sucesso em atingir seu objetivo de criar uma classe trabalhadora racial e etnicamente unificada no movimento operário.

Nesse cenário, os proprietários se queixam da ingratidão e da inconstância dos imigrantes em termos bem similares ao discurso proferido em relação aos libertos na década de 1890. Inclusive, ao final da década de 1917 artigos publicados durante os anos de guerra incitavam os patrões a reconsiderar a mão de obra brasileira, frente às suas muitas virtudes e capacitações. O impacto disso nas relações com os trabalhadores foi imediato, em 1928 pela primeira vez desde que começaram a ser realizados registros, o número de migrantes brasileiros que foram para São Paulo superou o número dos imigrantes europeus (ANDREWS, 1998).

O que não pode deixar de considerar também é que, segundo Andrews (1998), muitos líderes operários imigrantes, apesar de saber da importância da unificação racial do movimento, não conseguiam superar os sentimentos de superioridade étnica e racial, o que é explicitado em artigos da imprensa operária com tons explicitamente racistas.

O fato é que a exclusão de trabalhadores negros do emprego industrial criou uma reserva de força de trabalho e um exército de desempregados que podiam ser convocados em qualquer momento para interromper greves e minar com os esforços de sindicalização, mantendo os salários baixos. Em contrapartida, criou-se uma irritação em relação aos fura-greves, muitas vezes atrelados a imagem do operário negro, porém esses não eram de modo algum apenas negros, apesar da mídia muitas vezes associarem, implicitamente ou não, os dois. Esse foi o colapso da primeira fase do movimento operário brasileiro, no início da década de 1920, segundo Andrews (1998).

Aliado a esse processo, o redirecionamento da política do Estado, frente a redução da imigração e a falta de mão de obra, permitiu, na década de 1930, que os afro-brasileiros comessem a ingressar nas fábricas em níveis realmente relevantes. Seu ingresso no local de trabalho urbano deve-se principalmente pelo mesmo fator que sua exclusão inicial: a política do Estado que governa o mercado de trabalho (ANDREWS, 1998).

As firmas estudadas por Andrews (1998) exemplificam essa tendência de contratação consistente de uma proporção de trabalhadores negros igual ou maior que a proporção de pessoas negra na população como um todo, a partir da década de 1920. Ademais, dados estatísticos reunidos a nível do Estado confirmam a evidência de crescimento da participação dos negros na força de trabalho industrial. Porém, os afro-brasileiros eram quase inteiramente excluídos dos cargos de colarinho branco da classe média. E, em 1940, o número de trabalhadores industriais afro-brasileiros ainda era metade do número que se empregavam no serviço doméstico, no setor informal ou estavam desempregados. Entretanto, essa proporção se reduziu ao longo da década de 1940 (ANDREWS, 1998).

Os registros das empresas analisados por Andrews (1998) também mostram que os principais beneficiários das mudanças na política do trabalho durante a década de 1930 - com a Lei de Nacionalização do Trabalho,

imposta pelo governo federal - foram os brasileiros brancos. Além disso, o número de trabalhadores industriais negros cresceu em um índice que excedeu aquele dos trabalhadores brancos. A situação de exclusão dos negros na força de trabalho industrial, foi então aparentemente, um fenômeno anterior a 1930, e em grande parte terminou na década de 1940. Esse seria, para Andrews, o cerne do otimismo de Florestan Fernandes. A urbanização e a industrialização iriam criar um “novo indivíduo negro” capaz de participar do crescimento e do desenvolvimento capitalistas.

Sobre a profissão ou ocupação dos trabalhadores anteriormente ao ingresso nas firmas, há uma clara diferença e a construção de carreira era um dos aspectos de maior disparidade. Apenas um quarto de brancos eram contratados para o grupo de trabalhadores braçais - tornavam-se condutores, leitores de eletricidade, mensageiros ou motoristas (melhor remunerados e com status mais elevados), enquanto que para os negros esse número era de três quartos. Além disso, os trabalhadores negros que ingressavam com uma experiência anterior em profissões especializadas tinham mais probabilidade de ser contratados para o grupo de trabalhadores braçais (ANDREWS, 1998).

Na São Paulo Light, segundo Andrews (1998) mais de um quinto dos trabalhadores experimentaram alguma medida de mobilidade ascendente durante seu tempo, com os trabalhadores negros sendo promovidos mais ou menos na mesma proporção que os brancos. Porém, muitos desses trabalhadores afro-brasileiros entravam em uma posição mais baixa do que o cargo anteriormente ocupado em outras empresas - ou seja, conseguiam voltar a sua linha de trabalho original. Além disso, as promoções não foram rápidas, o tempo médio era de 3,5 anos, bem superior ao tempo médio de permanência dos trabalhadores na firma.

Já os trabalhadores brancos recebiam promoções em média depois de um ano, e posições mais elevadas das que eram oferecidas aos negros. O máximo que o trabalhador negro conseguia chegar na firma era na posição de capataz, - dos registros, somente dois conseguiram cargos de escritório, e a nenhum foi oferecida posição de chefia ou gerência, que estavam disponíveis apenas aos trabalhadores brancos. (ANDREWS, 1998).

Frente a esses estudos, Andrews (1998) chega à conclusão que as interações entre patrões, empregados e o Estado republicano explicam a substituição dos trabalhadores no pós-abolição. O autor não minimiza a importância da herança da escravidão nesse processo, mas em nenhum outro lugar do Brasil, além de São Paulo os imigrantes brancos tinham tão claramente a preferência de contratação em relação aos negros, segundo o autor. A explicação está não nas habilidades superiores desses imigrantes, mas na política do Estado. Além de manter salários baixos e enfraquecer o movimento operário comprometido com uma igualdade racial, ainda possibilitou os patrões a voltarem suas costas para os empregados que procuravam conduzir as negociações mais difíceis e exigentes.

E, mesmo com a restauração dos afro-brasileiros no mercado de trabalho brasileiro, continuou relegando-os ao mercado de trabalho braçal. O hiato de quarenta anos de preferência pelos imigrantes foi extremamente prejudicial aos afro-brasileiros, claros quando comparamos dados dos censos de 1940 e 1950. Tudo isso tornou muito mais difícil a sua luta nos anos subsequentes para desempenhar um papel igual e pleno na vida do estado de São Paulo e da nação brasileira.

Florestan Fernandes também chega à conclusão que os mecanismos de dominação racial tradicionais ainda se mantinham intactos e a liberdade conquistada pela população negra não havia ainda logrado em dividendos econômicos, sociais ou culturais. Ou seja, a ordem social competitiva, segundo o autor, se expandiu de uma forma compacta e fechada apenas para a população branca. As alterações descritas por Florestan no mercado de trabalho e no peneiramento ocupacional ainda eram recentes e não haviam refletido nos padrões de concentração racial da renda, do poder ou do prestígio social, elas estavam apenas apresentando seus primeiros indícios.

A tese defendida por Florestan Fernandes é um expoente importantíssimo da contestação do mito da democracia racial no Brasil, assim como a tese de Andrews e Clóvis, e revela a real desigualdade e discriminação racial no país.

A escravidão como base do modo de produção da economia brasileira teve seu fim com a abolição, mas o aparato e ideologia social na qual se baseou, mesmo com suas metamorfoses, continuou a influenciar

grandemente a sociedade e economia brasileira. Por isso, a disputa pela participação no mercado de trabalho teria impedido a integração plena do negro na economia e na sociedade brasileira, não pela discriminação em si, mas pela marginalização, analfabetismo, pobreza, desemprego, desnutrição e criminalidade, todos elementos das heranças da escravidão, segundo Fernandes.

Nesse sentido, para o autor, o sistema aristocrático da escravidão inseriu um forte sentimento de superioridade racial na sociedade brasileira e isso teria levado a espoliação completa da população negra da capacidade de competir com os brasileiros brancos e imigrantes na disputa por empregos, e, conseqüentemente, educação e sustento no século XX. Ou seja, Florestan se difere de Andrews no entendimento de que a população negra seria desprovida de capacidade de competir na sociedade de classes, que lhes faltavam experiências com a industrialização e urbanização, em comparação aos imigrantes mais bem preparados.

Andrews, assim como Clóvis Moura, defendem que as barragens colocadas na mobilidade social e econômica da população negra tinham como objetivo fazer com que os trabalhadores engajados no processo de trabalho não se entusiasmassem a fazer reivindicações radicais e perigosas para a classe dominante. Manteve-se a população negra como uma reserva de mão-de-obra não qualificada para assegurar níveis mínimos de salários dos trabalhadores já empregados.

Um ponto importantíssimo e diferenciador – em relação aos outros dois autores – na conclusão de Clóvis, porém, é que, mesmo que muitas vezes inconscientes, os mecanismos de defesa das classes dominantes conseguem fazer com que o preconceito de cor mantenha esse equilíbrio da mão de obra a fim de que ganhem uma alta taxa de mais-valia e se previnam de possíveis reivindicações dos trabalhadores. A tese de Clóvis Moura, então, é que a raiz do preconceito e da discriminação é na verdade a essência competitiva da sociedade brasileira. Ele vem primeiramente como justificativa do trabalho servil e, posteriormente, na sociedade de classes.

Por fim, Clóvis, ainda, radicaliza ao defender que a ideologia de “bom senhor”, por sua vez, tenta apaziguar o conflito com campanhas humanitárias, educacionais ou de fundo filantrópico, que de nada adianta na realidade da população negra. Segundo o autor, então, o que se necessita é um universo social não competitivo, fruto de uma economia que saia do plano do conflito e entra no da planificação e cooperação. Ou seja, a substituição do capitalismo.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

BARBOSA, Alexandre de Freitas et al. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Editora Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus editora, 1965.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. Dandara Editora, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.